

Considerando que, em função dos resultados obtidos no âmbito deste procedimento concursal, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, o júri do mencionado concurso apresentou proposta fundamentada indicando três candidatos, entre os quais o licenciado Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida;

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 8, 10 e 11 do artigo 19.º do referido estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, bem como na alínea d) do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, e no artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto:

1 — Designo o licenciado Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de Diretor-Geral de Energia e Geologia, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de janeiro de 2015.

19 de dezembro de 2014. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

Nota Curricular

Licenciado em Gestão e Engenharia Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Pós-graduado em finanças pela Faculdade de Economia do Porto.

Entre julho de 2013 e dezembro de 2014, exerceu as funções de técnico especialista do Secretário de Estado da Energia, no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, do XIX Governo Constitucional. No mesmo período, exerceu, igualmente, funções como membro da comissão executiva do Fundo de Apoio à Inovação.

De setembro de 2012 a julho de 2013 exerceu as funções de técnico especialista no gabinete do Secretário de Estado da Energia, no Ministério da Economia e do Emprego, do XIX Governo Constitucional. De agosto de 2006 a setembro de 2012, exerceu o cargo de *senior manager* nas áreas de *corporate finance* e *project finance* na PricewaterhouseCoopers.

Entre julho de 2004 e agosto de 2006, desempenhou funções na Ascendi, empresa do grupo Mota-Engil, como técnico especialista sénior de apoio ao departamento financeiro, ao departamento de controlo e planeamento de gestão, e ao centro de serviços partilhados.

Iniciou a sua carreira profissional em março de 2000, tendo, até junho de 2004, desempenhado funções como analista financeiro no departamento de *corporate finance* do Banco Português de Investimento.

Possui, ainda, a seguinte formação complementar: Programa de Gestão e Liderança para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Programa em Parcerias Público-Privadas, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Programa Avançado de Fiscalidade Empresarial, ministrado pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Porto); Curso de Pós-graduação sobre Direito da Água, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

208321116

Despacho n.º 15609/2014

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CREsAP) realizou procedimento concursal com a referência PC n.º 460_CRESAP_355_12/13 para o cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral de Energia e Geologia, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, constantes dos artigos 18.º e 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto;

Considerando que, em função dos resultados obtidos no âmbito deste procedimento concursal, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, o júri do mencionado concurso apresentou proposta fundamentada indicando três candidatos, entre os quais a licenciada Maria Cristina Vieira Lourenço;

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 8, 10 e 11 do artigo 19.º do referido estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, bem como na alínea d) do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, e no artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto:

1 — Designo a licenciada Maria Cristina Vieira Lourenço para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de

subdiretor-geral de Energia e Geologia, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 140/2014, de 29 de agosto.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos assinatura 1 de janeiro de 2015.

19 de dezembro de 2014. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

Nota Curricular

Maria Cristina Vieira Lourenço é licenciada em direito, menção de ciências jurídico-económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1984).

Entre 2013 e 2014, exerceu funções de assessoria jurídica à direção na Direção-Geral de Energia e Geologia, no domínio do direito dos recursos geológicos, depósitos e massas minerais, petróleo e recursos hidrogeológicos e geotérmicos.

Entre 2012 e 2013, exerceu o cargo de diretora-geral da Direção-Geral das Atividades Económicas e, entre 2009 e 2012, exerceu o cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral das Atividades Económicas tendo, em ambos, exercido as competências relativas às áreas da indústria, comércio, serviços, preços, desenvolvimento sustentável e coordenação das Direções Regionais de Economia.

Entre 2006 e 2009, desempenhou as funções de assessora jurídica no Ministério da Economia, com intervenção em matérias e processos legislativos relacionados com os recursos geológicos e com a atividade industrial, bem como assessoria nestes domínios e áreas conexas, tais como ambiente e ordenamento do território.

Entre 1997 e 1998, na sequência de convite endereçado pelo British Geological Survey, colaborou com esta instituição no âmbito do projeto “*Study for Establishing a Minerals Institute in Suriname*”, com a elaboração de um estudo “*A Concept for a New Mining Code and Standard Mineral Agreements for the Republic of Suriname*”.

Entre 1986 e 2006, exerceu funções de assessoria jurídica à direção na Direção-Geral de Geologia e Minas e no Instituto Geológico e Mineiro, I. P., tendo participado na elaboração de anteprojetos legislativos na área dos recursos geológicos, quer no ordenamento jurídico nacional quer internacional e ainda no processo de apreciação do projeto de Código Mineiro regulador das atividades de prospeção e pesquisa de nódulos polimetálicos nos fundos marinhos internacionais, sob a égide da ISA — International Seabed Authority.

Possui o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) promovido pela INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, o curso “*International Mining — Trends in Markets, Investments, Environment and Regulation*”, na Universidade de Dundee (Escócia), o curso “*International Petroleum Transactions*” promovido pela Sociedade Portuguesa de Direito Internacional e o estágio de advocacia promovido pela Ordem dos Advogados (Conselho Distrital de Lisboa).

É autora de diversas publicações, de que se destaca a “Legislação sobre Recursos Geológicos”, Anotada — Comentada — Legislação Complementar (Livraria Almedina), o artigo “Enquadramento Legal dos Recursos Hidrogeológicos em Portugal (*Mare Liberum* — Editora), o artigo “O que é o Direito Mineiro” (*DR — Direito em Revista*), e os artigos “Guia de Acesso à Atividade Mineira”, “O Jurista e a Atividade Mineira no Quadro Jurídico Internacional”, “Encargos Tributários Legais e Royalties na Exploração Mineira”, “Regime Jurídico da Prospeção e da Exploração Mineira em Portugal” e “A Higiene e Segurança no atual quadro normativo da Indústria Extrativa” (Boletim de Minas).

208321165

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 14396/2014

Após homologação por deliberação de 4 de dezembro de 2014 do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., torna-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao procedimento concursal simplificado para preenchimento de três postos de trabalho na categoria de Assistente de Neurologia da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 9520/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160, de 21 de agosto de 2014:

- 1.º João André Sargento Araújo de Freitas: 19,86 valores
- 2.º Andreia Godinho de Andrade: 19,23 valores

10 de dezembro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208306042